

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-02-18

Deposited version:

Post-print

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Anastácio, M. & Marat-Mendes, T. (2018). Habitat | Habitacao: a reconstituicao de um paradigma (Lisboa, 1950- 1970). In PNUM 2018: A produção do território: formas, processos, desígnios. Porto

Further information on publisher's website:

<https://pnum.arq.up.pt/>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Anastácio, M. & Marat-Mendes, T. (2018). Habitat | Habitacao: a reconstituicao de um paradigma (Lisboa, 1950- 1970). In PNUM 2018: A produção do território: formas, processos, desígnios. Porto. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.



A Produção do Território: Formas, Processos, Desígnios

Habitat | Habitação: a reconstituição de um paradigma (Lisboa, 1950-1970)

Maria Amélia Cabrita ^{1*}, Teresa Marat-Mendes ^{2*}

¹ m2515@iscte-iul.pt ² teresa.marat-mendes@iscte-iul.pt

* *Instituto Universitário de Lisboa ISCTE-IUL, DINÁMICA/CET-IUL*

Resumo

Partindo da observação do contraste entre o Bairro da Encarnação e Olivais Norte, contíguos no espaço, mas de descontinuidade tipológica inegável, procura-se construir um argumento sobre as razões subjacentes a este contraste, que acontece depois de 1959, com a publicação do Decreto-Lei nº 42 454 e a intervenção da Câmara Municipal de Lisboa, através do Gabinete Técnico de Habitação. Relevam-se os aspetos culturais, a par dos fenómenos urbanos e demográficos, da esfera da sociologia e geografia; jogando assim com um método de pesquisa e análise que se pretende interdisciplinar, tal como é preconizado pela Morfologia Urbana. A contextualização que parte do programa das casas económicas, objeto de estudo de doutoramento em Estudos Urbanos, inclui a fixação do enquadramento legal da habitação social, onde se releva a evolução tipológica, acompanhando de perto as tentativas de adaptação do Estado Novo às mudanças, aceleradas depois de 1945. Mas o que a nova imagem e paisagem urbanas significam, tem um custo acrescido para o regime. Por um lado, um percurso que inclui alguns fatores de natureza cultural, revela o papel desempenhado pela arquitetura, não só pelo I Congresso, mas pelo confronto feito às instituições, com a coragem do trabalho interdisciplinar, da crítica e das ideias inovadoras. Por outro lado, é o próprio regime que se vê na contingência de assimilar as novas ideias, recriando os seus organismos. Através da análise do CODA de Nuno Portas, de 1959, dedicado à renovação do projeto da habitação social, damos conta do papel crucial da sociologia e da centralidade do conceito de *habitat*, o qual talvez mereça melhor atenção na atualidade, quando emergem de novo as questões ligadas à habitação, nomeadamente em Lisboa.

Palavras-chave: programas de habitação, habitat, Estado Novo, Lisboa, arquitetura, interdisciplinaridade.

O programa das casas económicas

O IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) assinala este ano o primeiro centenário das políticas públicas de habitação em Portugal (Portal da Habitação, 2018). O documento de referência é o Decreto n.º 4 137, de 25 de Abril de 1918. Com o Decreto-Lei nº 23 052 de 13 de setembro de 1933, é implementado o programa das casas económicas e torna-se possível reconhecer a prática efetiva e continuada de uma política de habitação no país. Definem-se ainda as responsabilidades aos níveis administrativos, fundiários, financeiros, sociais, de projeto, infraestruturas e centraliza-se a iniciativa e o controle de todo o processo no aparelho do Estado. As tipologias de habitação

familiares, de piso térreo, com logradouro destinado ao cultivo para subsistência da família, correspondendo a um modelo fortemente vinculado a um ruralismo considerado salutar e identitário, são revistas em 1938, no sentido de lhes conferir, com o acréscimo de um piso, um aspeto mais urbano. É então esta tipologia, de casas geminadas ou em banda, em que as diferentes dimensões correspondem a outras tantas classes e tipos, que vai prevalecer, com poucas variações, ao longo de todo o período de vigência daquele programa, e cuja imagem vai marcar o aspeto dos aglomerados construídos, em Lisboa e um pouco por todo o país. É precisamente do contraste, contíguo e sem transição, que podemos observar entre o Bairro da Encarnação, de alinhamentos de moradias geminadas com jardins murados, e Olivais Norte, de torres e blocos de habitação coletiva, com espaços comuns [fig.1], que surge a motivação da presente abordagem. Nasce da questão: que circunstâncias deram origem a este contraste, durante a vigência do mesmo regime e como se organizou este novo paradigma na habitação social?



Fig. 1- Vista aérea dos bairros de Encarnação e Olivais Norte. Fonte: Google Earth.

Relevância e sequência legislativa — modalidades que se sucedem

Uma compilação da legislação de interesse para a Câmara Municipal de Lisboa, selecionada pelo GTH (Gabinete Técnico de Habitação) elaborada pela Secção de Sociologia, do Serviço de Investigação e republicada no Boletim nº 22 (GTH, 1972), dá-nos conta, não só do conjunto legislativo, mas também da incidência de preocupações do GTH quanto às condições legais de operacionalidade das competências que lhe tinham sido atribuídas. A listagem e resumos da legislação são apresentados em 2 partes, referindo-se a primeira ao período de 1912 a 1964 (já publicada antes, no Boletim nº3, de 1964) e a segunda ao período de 1965 a 1971.

Embora a legislação anterior ao Decreto-Lei nº 23 052 tenha sido importante por fixar conteúdos que prevaleceram, incidindo sobre algumas condições relativas a expropriações, mais-valias, incentivos fiscais e, sobretudo, por justificar a necessidade urgente de habitações acessíveis às populações de menores recursos, caracterizando com justeza os conjuntos habitacionais (bairros), bem como as casas económicas a construir, a verdade é que o diploma de 22 de Outubro de 1928 (Decreto nº 16 055) reconhece que as disposições legais anteriores não deram os resultados práticos esperados. Aproveita, no entanto, os conteúdos do articulado geral do Decreto-Lei nº 4 137; insiste na tipologia da casa isolada unifamiliar já preconizada anteriormente, e procura criar incentivos fiscais à construção de casas económicas por cooperativas, sociedades e outras entidades particulares, uma vez que considera fora de causa o auxílio financeiro do Estado, a iniciativa direta deste ou das câmaras municipais para aquele efeito.

Promulgado num pacote legislativo importante para a consolidação do Estado Novo (Decreto-Lei nº 23 048, Estatuto do Trabalho Nacional; Decreto-Lei nº 23 049, Grémios; Decreto-Lei nº 23 050, Sindicatos Nacionais; Decreto-Lei nº 23 051, Casas do Povo e Decreto-Lei nº 23 053, Instituto Nacional de Trabalho e Previdência), como parte integrante do sistema corporativo, o Decreto-Lei nº 23 052 de 23 de setembro de 1933, vai cometer ao Governo a promoção da construção de casas económicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos do Estado. Além da definição de todas as condições de implementação do programa, construção e distribuição das habitações, as tipologias destas são definidas pelos custos finais passíveis de serem amortizados pelos moradores-adquirentes, em função de salários e composição familiar, distribuindo-se pelas classes A e B com tipos I, II e III (cujos modelos são fornecidos pelos serviços da DGEMN, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, entidade responsável pelos trâmites associados ao projeto e construção dos aglomerados de casas económicas). Prevalcem as características familiares com quintal, embora a opção do projeto-tipo tenha generalizado a tipologia geminada, que se mantém para a prática dos dois pisos para cada habitação — Decreto-Lei nº 28 912 de 12 de agosto de 1938 — onde é também promovida a construção de casas desmontáveis, de realojamento temporário, para além da construção de 2000 casas económicas na capital, face ao êxito dos agrupamentos já concluídos. É também relevante a determinação quanto a equipamento social que deverá ser edificado em cada agrupamento. É instituído na DGEMN o Serviço de Construção de Casas Económicas (SCCE) que vai superintender na sua construção em todo o país.

O objetivo de compilar, na legislação, os elementos relativos às definições tipológicas para delas traçar uma evolução, não se faz sem prejuízo de outros aspetos igualmente importantes, mas que não é possível incluir no âmbito do presente artigo.

No Decreto-Lei nº 33 278 de 24 de novembro de 1943, no qual Almada e Coimbra passam a ser também beneficiárias deste investimento público em habitação, para além de Lisboa e Porto, prevê-se a criação de mais duas classes, C e D, destinadas à classe média, compreendendo também 3 tipos, que continuam a ser definidos pelo custo limite respetivo, em função da localização, distribuídas de acordo com o salário mensal do agregado familiar e a respetiva constituição.

Quanto à definição de áreas apenas é acrescentado um quadro com a área média de lotes por classe. O Decreto-Lei nº 34 486 de 6 de abril de 1945, vem alargar a parceria, nomeadamente às Misericórdias, para a construção de “casas destinadas ao alojamento de famílias pobres”, nos centros

populacionais do continente e ilhas adjacentes, reconhecendo as limitações de acesso às rendas praticadas para as casas económicas, das quais ficavam excluídas à partida as “camadas mais modestas da população”.

Nesta fase, já na perspectiva de aprovação da Lei nº 2007, que promove a construção de “casas de renda económica”, verifica-se uma intensificação da implementação de conjuntos de casas desmontáveis, as quais passam a designar-se “casas para alojamento de famílias pobres”, mantendo-se o carácter precário das mesmas. É interessante verificar que o desejável acesso destas famílias a uma solução definitiva de alojamento, ao programa das casas económicas ou de renda económica, não se faria por necessidade, mas por merecimento, conseguido através de “uma ação educativa e social”.

Chegamos à Lei nº 2007 de 7 de maio de 1945, que cria a modalidade de habitação de renda económica, onde vai radicar o programa definido pelo Decreto-Lei nº 42 454, catorze anos mais tarde. Verifica-se a uma revisão do conceito de casa económica, alargando-o às construções levadas a efeito por sociedades cooperativas ou anónimas, organismos corporativos, instituições da previdência social, empresas concessionárias de serviços públicos, empresas industriais e outras entidades de direito privado; possibilitando “terem o máximo de rés-do-chão e 3 pisos com o mínimo de 3 divisões para as habitações de 2ª classe e 5 para as de 1ª classe, além da cozinha, despensa, casa de banho e retrete”; estipulando as rendas-base mensais, consideradas para as 2 classes, “em moradia independente ou em casa de vários fogos”.

Antes da promulgação do Decreto-Lei nº 42 454, da legislação produzida, destacam--se os diplomas que introduziram alterações ou acrescentaram disposições importantes: no Decreto-Lei nº 35 602 de 17 de abril de 1946, reconhece-se o encarecimento geral da construção civil, resultante da situação internacional, o que impediu a execução prevista do plano de casas económicas, em Lisboa, Porto e Coimbra; o Decreto-Lei nº 35 611 de 25 de abril de 1945 incide sobre a modalidade que resolva o problema do inquilinato das classes operárias e médias, preconizando-se o impulso a dar aos investimentos das instituições da previdência social, em imóveis de rendimento, casas económicas e casas de renda económica, uma vez que a abertura à iniciativa particular não produziu efeitos; em 1947, o Decreto-Lei nº 36 212 diz respeito à construção de habitação em geral, pretendendo o governo estabilizar os preços dos materiais e criar outras condições favoráveis às edificações particulares da modalidade de renda limitada; outros decretos de 1947 e 1948 dizem respeito às dificuldades da construção civil na aquisição dos materiais; A FNAT [Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho] é encarregue de realizar obras culturais e recreativas nos bairros; o Decreto-Lei nº 39 288 de 21 de junho de 1953 introduz alterações na legislação sobre casas económicas, atualizando as condições de habilitação às habitações; favorece-se o desenvolvimento da política de construção de casas económicas, a levar a efeito pelas instituições de previdência; admite a instalação de serviços sociais nos bairros; em 1954, pelo Decreto-Lei nº 39 978, é criado mais um tipo, o IV, em cada classe, por se reconhecer a falta de quartos para famílias mais numerosas; são ainda revogados alguns artigos do decreto inicial das casas económicas; uma nova classe, a), é criada em 1956, para dar resposta ao estrato social de salários mais baixos e esboça-se um sistema de compensação de encargos, para benefício das famílias de mais fracos recursos; em 1957, o Decreto-Lei nº 41 211 limita o acesso aos candidatos que residem e trabalham nas cidades ou áreas de influência dos bairros há mais de dois anos; em 1958, a Lei nº 2092 regula a forma de cooperação

dos organismos de previdência, mutualistas e Casas do Povo no fomento da habitação, bem como das entidades patronais para os seus empregados, abrindo o leque das tipologias a construir ou adquirir, incluindo um regime de participações e empréstimos.

Em conclusão, a análise da principal legislação relativa à habitação de iniciativa pública, revela, por um lado, a persistência dos princípios definidos inicialmente para o programa das casas económicas, enquanto se vão intercalando e sobrepondo outras modalidades, cada vez mais variadas, de tipologias e adaptações diversas, que tanto dizem respeito às condições de atribuição dos fogos, como se dirigem aos possíveis investidores, cujo leque vai abrindo, criando alguns incentivos, na tentativa clara de passar as responsabilidades da produção de habitação social, mas sem que o Estado perca o controlo. Por outro lado, assiste-se, quase sem transição, a partir da publicação do Decreto-Lei nº 42 454, a uma reconstituição do paradigma da habitação social, dando origem, em Lisboa, e nos limites administrativos da cidade, ao surgimento de um novo modelo de cidade e de uma nova paisagem urbana, com predominância da construção em altura e tipologias de inspiração no Movimento Moderno. Arquitetura e urbanismo que apenas haviam sido ensaiados até ali por algumas iniciativas privadas (Agarez 2010).

No entanto, com esta nova imagem da cidade social, vai coexistir a dos aglomerados de casas económicas, menos visíveis, mas presentes, tanto em Olivais Norte (na faixa confinante com o Bairro da Encarnação) como em Olivais Sul.

A criação do GTH, instituído junto da Presidência da Câmara Municipal de Lisboa e o relançamento do programa das casas (habitações) de renda económica, nos termos do Decreto-Lei nº 42 454 de 18 de agosto de 1959, surgem como os fundamentos operativos do novo sistema, fornecendo os recursos humanos, técnicos, financeiros e administrativos que permitiram a realização, nas décadas de 1960 e início de 1970, dos empreendimentos de Olivais Norte e Olivais Sul, considerados os primeiros *grands ensembles* da capital (Nunes 2007, 17; Nunes 2011, 24, 40-48; Portas 1998, 120) e também o Plano de Chelas.

Os anos de 1960 são também marcados por iniciativas públicas de planeamento importantes para o enquadramento das políticas de habitação, nomeadamente, o Plano Diretor da Região de Lisboa (1959-1964), precedido pelo Plano Diretor do Desenvolvimento Urbanístico da Região de Lisboa (MOP, 1960); os Planos de Fomento (1965-1967 e 1968-1973); finalmente, a criação do Fundo de Fomento da Habitação em 1969 (Decreto-Lei nº 49 033 de 28 de maio de 1969).

É também nesta época que se desenvolve o processo de metropolização de Lisboa, com a expansão suburbana dos concelhos limítrofes da margem norte, mas também da margem sul do Tejo (Ferreira 1987, Nunes 2013) que a relativa estabilidade (e crescimento) demográfico citadino dos anos de 1940 não fazia prever. A um aumento exponencial das populações residentes naqueles concelhos, corresponde uma diminuição da população da cidade, indiciando os fenómenos de suburbanização crescente das décadas seguintes (1970-1990), que incluem a urbanização e ocupação informal clandestina do território, sobretudo habitacional (Nunes 2010, 131, Soares 1987). É assim que o processo de metropolização da capital se faz à custa da expansão urbana e territorial planeada (de que se destacam as novas vias de comunicação), mas também daquela que a administração não teve

capacidade para controlar (ou foi politicamente consentida), dando lugar à expansão clandestina. O resultado é a ‘manta de retalhos’ que hoje, com as facilidades informáticas geográficas (Google Earth, por exemplo), todos podemos observar.

Enquadramento cultural

O objetivo do presente artigo é a análise de alguns fatores das mudanças que se verificaram entre finais de 1940 e na década de 1950, as quais permitiram a referida alteração/reconstituição do paradigma da habitação de promoção pública.

As motivações que vão dar origem a esta mudança, por parte de uma administração central fortemente vinculada ao governo de ditadura, cujas posturas ideológicas conservadoras paradoxalmente se mantêm, podem ser procuradas em períodos antecedentes, nomeadamente nos finais de 1940 e no que a década de 1950 nos oferece. De entre a complexidade crescente que vai caracterizar a temática da habitação social, destacam-se aspetos que permitem demonstrar a importância, por um lado, dos contextos da política e das iniciativas públicas no domínio da urbanística, já tratados por investigadores de diferentes disciplinas; por outro lado, o papel decisivo que tiveram, muitas vezes em contra corrente, personagens, grupos, iniciativas e comunicações, nomeadamente no domínio da arquitetura, que consubstanciam um protagonismo cultural importante e indutor das mudanças verificadas.

A história da arquitetura e da arte em Portugal em finais de 1940 e nas décadas de 1950 até 1970, surge pontuada por acontecimentos, iniciativas e realizações que consubstanciam clivagens entre os agentes de cultura independentes e o regime (França 2009, Portela 1982), indutoras de situações de crise institucional, propícias a mudanças sequentes. Na habitação social verifica-se um abrandamento na construção de casas económicas em Lisboa a partir de 1950 [Tabela 1.] e o próprio sistema de implementação e modelos começa a ser posto em causa, sendo objeto de críticas, tal como as teses do I Congresso de Arquitetura demonstram (Ordem Arquitetos 1998 [1948]). Quer dizer, embora continue, oficialmente, o programa das casas económicas quando já outras modalidades se impunham, parece ser apenas o ideal da casa unifamiliar com quintal, como parte do ideário do regime, que afinal prevalece e se vai manter, de forma transversal às políticas de habitação do Estado Novo. Ideal aquele recorrentemente renovado, por camadas sociais que se sucedem no tempo e no espaço, dos subúrbios burgueses aos subúrbios proletários e clandestinos, precisamente desta metrópole de Lisboa.

BAIRROS	ANO DE ATRIBUIÇÃO DAS CASAS	Nº DE FOGOS
Alto da Ajuda (I e II)	1938 / 1941	496 / 122
Alto da Serafina	1938	220
Belém	1938	204
Alvito	1945	152
Encarnação	1945/ 47	1112
Calçada dos Mestres	1945	272
Madre de Deus (I e II)	1944/ 1958	254 / 240
Caselas	1949	334
Restelo	1953	452
Vale Escuro	1953	105
Benfica	1958	701
Olivais Norte	1959	152
Olivais Sul	1964	986

Tabela 1. Bairros, incluindo Olivais, com data de ocupação e nº de fogos.

Fonte: Arquivo IHRU (sem referência de cota)

Caraterizar com justeza a situação da arquitetura em Portugal depois de 1945 pressupõe o confronto com o ambiente cultural dominante na Europa do após guerra no que se refere à arquitetura e urbanismo. Nuno Portas diz que a “brutalidade do conflito, a tarefa da reconstrução, a opção de novos rumos em diversos países põem o CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) perante a necessidade em confrontar a linha teórica monolítica, preestabelecida, com as múltiplas realidades locais, os sucessivos resultados das obras [...], as novas sugestões das ciências aplicadas” (Portas 2004, 66). A situação de crise no CIAM, já prenunciada pelo próprio Le Corbusier (Portas 2004, 66), esboçada em 1952 (*Aix-en-Provence*), trabalhada desde 1954 (manifesto de *Doorn*), assumida pelo TEAM X em *Dubrovnik* (1956), vai levar à sua respetiva extinção em 1959 (CIAM XI, *Otterlo*). O que está em causa, para os grupos dissidentes, é precisamente a Carta de Atenas, cujas limitações teóricas e operativas devem ser superadas através de novos critérios de planeamento e arquitetura, que interpretem as diferentes realidades de cada comunidade, com o seu carácter e ambiente próprios, na preparação do que se perspectivava ser “*The Charter of Habitat*” (Mumford 2000).

Na mesma época, pontificavam em Portugal as pressões tendentes a manter uma linha de produção arquitetónica condizente com um passadismo estético e cultural, apoiado pelo ensino oficial nas Escolas de Belas Artes e, de acordo com Nuno Portas, também devido à “ausência de uma literatura arquitetónica livre, continuada e eficaz” (Portas 2004, 67). Os arquitetos portugueses tinham, por um lado, poucas oportunidades de experimentação das lições da modernidade, sobretudo no campo habitacional social e por outro, “quando tal foi possível, já no seio do próprio CIAM havia a consciência da necessidade de uma ultrapassagem. Esta produção, assim desfasada historicamente, filtrada por duvidosas influências intermediárias — como as da América Latina — não aproveitava da reflexão crítica de pelo menos uma década inteira, e veria o seu interesse limitado grandemente a uma afirmação formal do grande imóvel ou à proposta de alguns esquemas habitacionais — como o *duplex* e a célula estreita” (Portas 2004, 67).

Fatores em destaque entre finais de 1940 e na década de 1950

A reflexão parte da consideração de duas ordens de fatores, mas indissociáveis na sua maior parte: aqueles que decorrem à margem do sistema e os que são gerados por este, por vezes como reação aos primeiros. Assim, apesar das resistências do regime, nomeadamente através da censura e da intervenção da PIDE, as estruturas institucionais vão sendo também elas minadas pelas consideradas novas e ‘perniciosas ideias’.

Um certo conflito permanente, entre o tradicional, representando o que era português e o moderno, identificado com o internacional, esteve presente nas iniciativas do Estado Novo, nomeadamente na preparação da Exposição de 1940, como refere Vítor Matias Ferreira (1987, 205), citando Augusto de Castro, comissário geral da exposição, que o confessa, na apresentação de uma outra exposição — Quinze Anos de Obras Públicas, 1932-1947.

As exposições, destinadas a enaltecer e estabilizar as tipologias de intervenção do regime, bem como a fixar a sua imagem e identidade, talvez por via daquela dificuldade de conciliação entre o tradicional e o moderno, criavam, paradoxalmente, oportunidades de clivagem na requerida unidade cultural, como aconteceu precisamente naquela última exposição, de 1948.

Trata-se do I congresso de arquitetura, que se realizou em Lisboa, no âmbito da exposição, de 28 de maio a 4 de junho de 1948, oficialmente promovido pelo Sindicato dos Arquitetos e patrocinado pelo Governo. Simultaneamente, teve lugar o II Congresso Nacional de Engenharia (Ribeiro, 1989). Mas enquanto os engenheiros estiveram em consonância com as expectativas, o mesmo não aconteceu com os arquitetos.

Referindo-se à situação dual que se verificava, entre os arquitetos que tinham cedido aos moldes impostos pelo regime e aqueles que não cediam, alguns de Lisboa, mas a maioria do Porto, diz Nuno Portas: “O momento que catalisou o choque das duas diferentes fases e que provou a definitiva impossibilidade da sua síntese, terá sido o importantíssimo I Congresso de Arquitetura (1948) cujas atas atestam por um lado o esgotamento combativo dos nomes reconhecidos (na quase totalidade profissionais da cidade do Terreiro do Paço) e, por outro lado, o vigor polémico da contribuição de um grupo portuense [...] a que se juntavam um Keil do Amaral com outros tantos novéis elementos, ainda alunos em Lisboa. De notar neste grupo um tom resolutamente novo: a reivindicação de uma estética [...] aparecia nitidamente superada pela tomada de consciência dos problemas sociais envolvidos na reorganização do espaço urbano ou rural” (Portas 2005 [1962], 160).

Um dos temas relevantes e muito participado do Congresso foi o Tema II, “O problema português da habitação” (Ordem Arquitetos 2008), no qual avultam, por um lado as comunicações neutras, as quais, embora assinalando as dificuldades e amplitude do problema, limitavam-se a ser pouco mais que descritivas, como é o caso de Pardal Monteiro; por outro lado, aquelas que se assumem como contestatárias das soluções tómbias oficiais face à magnitude do problema habitacional e propõem uma outra ordem de soluções, com recurso aos princípios da Carta de Atenas e aos exemplos internacionais, incluindo o modelo da edificação em altura/ habitação coletiva. Nuno Teotónio Pereira e M. Costa Martins, como arquitetos tirocinantes, participam e apresentam comunicação neste tema, com o título “Habitação Económica e reajustamento social”, onde perspetivam a estruturação

da cidade em função da análise sociológica, materializada pela unidade de vizinhança como forma de aproximar as classes sociais e constituir comunidade. Quanto às habitações, devem corresponder, não só ao estilo de vida, mas funcionar como meio didático de elevação da classe proletária.

A análise quanto às características das habitações virá a ser mais tarde desenvolvida e aplicada na atividade profissional de Nuno Teotónio Pereira, dedicada em grande parte à habitação social, sobretudo integrado num dos organismos mais ativos neste campo, que foi o designado “Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência” (Tostões 2004, Coelho et al. 2013, Cachado e Nunes 2013).

Tal como nota J.A. França, como consequência do I Congresso, “as preocupações sociais do habitat revelaram-se claramente como uma constante de nova consciência profissional — que, doze anos depois, no I Colóquio sobre Problemas de Habitação, organizado pelo sindicato, se manifestava em maturidade.” (França 2009, 297).

De entre os fatores marginais, relevamos a formação do ICAT (Iniciativas Culturais Arte e Técnica) em Lisboa e a ODAM (Organização dos Arquitetos Modernos) no Porto, em 1946-47, grupos que, de acordo com França (2009, 294) foram responsáveis pelas condições favoráveis (sem censura) em que pôde decorrer o I Congresso de Arquitetura. Mas estes grupos estão ligados a figuras de destaque, como Keil do Amaral em Lisboa (França 2009, 293-294 e 305-306), cuja ação e influência ficou patente, nomeadamente na recuperação da revista *Arquitetura*, como meio de divulgação das ideias e projetos modernos, e na realização do ‘Inquérito à arquitetura regional’ (Amaral 1999), outro fator a assinalar. Também no Porto, a ODAM, reuniu arquitetos que se identificavam com a orientação moderna da arquitetura, participaram no Inquérito, organizaram e realizaram a participação de Portugal no X CIAM em *Dubrovnik* — e este é um fator não marginal, mas oficial —, com uma tese que se relacionava de perto com os resultados do Inquérito (Lima, Távora e Filgueiras 1959).

Dos estudos já realizados (Marat- Mendes e Cabrita 2015) sobre o Inquérito e a publicação, em 1961, *Arquitetura Popular em Portugal*, destacamos, por um lado, a emergência, na arquitetura, da interdisciplinaridade e o conceito de *habitat*, o qual surge intimamente ligado ao desenvolvimento dos estudos que envolvem o problema da habitação, não só no período de tempo em apreço, mas com uma atualidade que importa considerar. Por outro lado, verificamos a íntima relação que se estabelece entre o conceito de *habitat*, entendido como o conjunto da habitação e da sua envolvente, não só física, mas também social, e a interdisciplinaridade. Isto é, este conceito surge, no contexto aqui em causa, como o lugar-comum de muitos fatores de mudança, presente nas teses sobre habitação no I Congresso, como reflexo da influência do Movimento Moderno e do CIAM; no Inquérito e CODA (Concurso para Obtenção do Diploma de Arquiteto) de arquitetos do Porto (Otávio Lixa Filgueiras, *Urbanismo: um tema rural* e Arnaldo Araújo, *Formas do habitat rural, norte de Bragança*, contribuição para a estrutura da comunidade); como tema central do CIAM X, tal como já referido.

A interdisciplinaridade, patente, nomeadamente, na execução e resultados do Inquérito, envolvendo disciplinas como a História, a Arqueologia, a Antropologia (designadamente através dos trabalhos de A. Jorge Dias), vai ter na Geografia uma articulação importante no que respeita o *habitat*, desde logo por influência direta de Orlando Ribeiro (Marat- Mendes, Cabrita 2015, 2017). Mas, a disciplina que tem o papel de relevo nesta viragem na conceção da habitação social é a sociologia.

Disciplina introduzida em Portugal tardiamente, é no entanto sobre os estudos desenvolvidos fora do país que se vão basear os avanços concetuais de que Nuno Portas dá conta (2004, 1974). Na entrevista de Raul da Silva Pereira, é referido o contacto de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas com o Grupo de Investigações Sociais (GIS) “que viria mais tarde a tornar-se no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa” (Cachado e Nunes 2013, 184-186) e que promove a edição da revista *Análise Social*.

Damo-nos conta de que alguns movimentos independentes, de carácter disruptor em relação ao regime, acabam por ser absorvidos, através da respetiva institucionalização. Tem interesse aprofundar a forma como a sociologia, mas sobretudo a investigação sociológica, se vai implantar e desenvolver no meio académico e fora dele. No entanto, não se pode deixar de relevar, tal como assinala Silva Nunes, o papel do próprio GTH como órgão de investigação, técnica e sociológica, que levou a efeito inquéritos habitacionais e outros do âmbito social, transformando “o então previsto organismo técnico de apoio em laboratório de habitação económica e de programação urbana para a quase totalidade da zona oriental da cidade de Lisboa” (Nunes 2007, 97, 2003, 107).

No CODA de 1959 de Nuno Portas (Portas 2004), o autor aborda, de forma crítica, a sequência que leva a arquitetura da habitação em Portugal das soluções iniciais sem referências tipo-morfológicas claras, às experiências inspiradas no ideário da Carta de Atenas da década de 1950, mas já em claro desfasamento relativamente à crise declarada pelos CIAM em relação ao estrito racionalismo do Movimento Moderno, tal como já ficou explícito. Mas o objetivo do autor é propor uma metodologia para a arquitetura da habitação social e, nesse sentido, parte do conceito de *habitat*, descobrindo os pontos de contacto que permitem identificar a evolução e a importância daquele conceito, abrangente das diferentes dimensões da vida individual e coletiva, para além dos socioeconómicos. Conceito que veio a informar o desenvolvimento concetual posterior do projeto urbano e de habitação, bem como os projetos na área de influência de Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira (Coelho et al. 2013).

Na primeira parte do estudo, é identificada e caracterizada a família, como o sujeito do *habitat*, considerando, em termos sociológicos, os fatores da respetiva evolução, centrada na época em causa. Nomeadamente, a situação das famílias pobres que, vindas do campo, sofrem na cidade o impacto da proletarianização do habitat, atingidas pelo desenraizamento e pela instabilidade. Mas a mulher, cujo papel junto dos filhos e em casa nunca deixa de ser importante, sobretudo numa época em que o dualismo de género ainda tem um peso considerável, vai ser a protagonista da organização do espaço da habitação, ao longo de todo o estudo de Nuno Portas. Em relação à família, a visão que vai conduzir as ideias de projeto, é a das relações: as internas, entre os membros daquela, mas partindo da asserção fundamental de que “a família não pode ser fechada” (Portas, 2004, 32).

Como resultado, a partir de casos citados, da *INA-CASA* (em Itália) e outros europeus, com experiências mais avançadas de habitação social, a metodologia de projeto vai incidir sobre a solução do problema da comunicação e da convivialidade possível em projetos de habitação coletiva, elegendo e fixando tipologias de acessos e espaços comuns que vão surgir aplicadas, não só pelo próprio, mas pelos arquitetos projetistas da habitação, social e particular. Nomeadamente, nos projetos de diferentes autores em Olivais Norte e Olivais Sul, encontramos soluções de organização do fogo, para além das galerias e espaços comuns de acesso, que se prendem diretamente com as ideias que encontramos compiladas por Nuno Portas, como metodologia de projeto eficaz.

Enquanto Nuno Portas desenvolve a metodologia para o projeto da habitação social na fase teórica embrionária de finais de 1950 (tendo já alguma experiência profissional em projetos no atelier de Nuno Teotónio Pereira), apoiando-se em estudos sociológicos da época, Silva Nunes (2007), sociólogo, apresenta uma análise tipológica da habitação de Olivais Sul, baseado na pesquisa de Nuno Portas, Funções e exigências de áreas da habitação, em relatório do LNEC de 1964.

Por outro lado, o inquérito sociológico levado a efeito pelo GTH e referido por Silva Nunes, incidindo sobre os projetos das categorias mais baixas de Olivais Sul, mostra que as transformações feitas nas casas recuperam a cozinha como compartimento independente, ainda que exíguo — a conceção cozinha-sala surgia nos projetos, como “recriação erudita das cozinhas rurais” (Nunes 2007, 147) — e chegam a sacrificar um quarto para terem uma casa de jantar, importante numa simbólica doméstica e social que o autor identifica como pequeno-burguesa.

Fazendo o exercício de voltar ao ponto de partida, quanto a tipologias de habitação, poderemos considerar um certo regresso à casa económica, desenhada sem a rede da sociologia?

Conclusões

A partir de momentos marcantes, em que se destaca o protagonismo dos arquitetos, é possível seguir linhas de pesquisa reveladoras de aspetos que vão constituir-se fatores de construção de um novo paradigma na arquitetura e na conceção e políticas da habitação, centrado precisamente na relação que se vai estabelecer entre um conceito alargado de habitat e a prática da produção da habitação. É possível, sobretudo, perceber que a força condutora das mudanças é de natureza cultural, constrói-se a partir da abertura ao conhecimento, baseia-se na reflexão crítica das diferentes situações, passa pela comunicação, pela denúncia e por propostas concretas e fundamentadas.

Quando assistimos, atualmente, a um ambiente de desinteresse quase generalizado pelas questões ligadas à habitação, por parte de diferentes disciplinas científicas, como se estivessem esgotadas todas as experiências e soluções e já nada se esperasse da partilha de possíveis conclusões, podemos rever este percurso da habitação social no período de transição aqui proposto, com a ideia de que contém, para o presente, algumas lições de revisão crítica e cruzamento de situações, úteis para desbloquear a falta de entendimento e o fechamento falsamente epistemológico e metodológico de disciplinas das ciências sociais.

Apenas uma abertura concreta e metodológica à multidisciplinaridade, já preconizada no seio da Morfologia Urbana, poderá consolidar, de modo operativo e não apenas teórico, o estudo da eminente relação da forma física, urbana, arquitetónica, com as dimensões sociais e psicológicas do *habitat*.

Referências bibliográficas

- Agarez, R. (2010). *O Moderno Revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950*. Col. Lisboa, arquitetura e urbanismo. Lisboa: CML.
- Amaral, K. (1999 [1947]). Uma iniciativa necessária. In CML (Ed.) Keil do Amaral, *o Arquitecto e o Humanista*. (pp.125-126). Lisboa: CML.
- Cachado, R.A., Nunes, J.P.S. (2013). Habitação e sociedade. Entrevista com Raul da Silva Pereira. *Análise Social*, 206, XLVIII (1º), 183-191, ISS online 2182-2999.
- Coelho, A.B. et al. (2013). *Habitação para o maior número. Portugal os anos de 1950-1980*. Lisboa: IHRU, CML.
- Ferreira, V.M. (1987). *A cidade de Lisboa: de capital do Império a centro da Metrópole*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- França, J.A. (2009). *A Arte em Portugal no século XX (1911-1961)*. 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- GTH (1972). Principal legislação da habitação económica interessando à cidade de Lisboa – Parte I (1912/1964) *Boletim GTH* v.3 nº 22, 401-434.
- Lima, V., Távora, F., Filgueiras, O. (1959). Tese ao X Congresso do CIAM. *Arquitectura* nº 64, 21-28.
- Marat-Mendes, T., Cabrita, M.A. (2015). Morfologia Urbana e arquitetura em Portugal - notas sobre uma abordagem tipo-morfológica. In Oliveira V., Marat-Mendes, T. e Pinho, P. *O estudo da forma urbana em Portugal*. (pp. 65-94). Porto: U. Porto, Edições.
- Marat-Mendes, T., Cabrita, M.A. (2017). *Recovering the habitat concept within urban morphology*. In Book of Abstracts. Proceedings of the 24th Isuf International Conference. Valencia 2017. 27-29 september. City and territory in the Globalization Age. Valencia: Editorial Universitat Politècnica de València.
- Mumford, E. (2000). *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Nunes, J.P.S. (2003). Estratégias arquitectónicas, tácticas habitacionais. In Cordeiro, G.I., Baptista, L.V., Costa, A.F. *Etnografias Urbanas* (pp. 103-129) Oeiras: Celta Editora.
- Nunes, J.P.S. (2007). *À Escala Humana. Planeamento urbano e arquitectura de habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969)*. Col. Lisboa: arquitectura e urbanismo. Lisboa: CML.
- Nunes, J.P.S. (2010). Dos Subúrbios Citadinos aos Subúrbios Metropolitanos. *Cidades Comunidades e Territórios*, nº 20/21 (pp.123-137).
- Nunes, J.P.S. (2011). *Florestas de cimento armado. Os grandes conjuntos residenciais e a constituição da Metrópole de Lisboa (1955-2005)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, FCT.
- Nunes, J.P.S. (2013). O Programa Habitações de Renda Económica e a constituição da metrópole de Lisboa. *Análise Social*, 206, XLVIII (1º), 82-100. ISSN online 2182-2999.
- Ordem Arquitectos CDN (2008). *Iº Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses, Conclusões e Votos do Congresso* [Ed. Fac-similada]. Lisboa: O.A.
- Portal da Habitação/ IHRU - 1918-2018 – Cem anos de políticas públicas em Portugal
Disponível em: <https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/100anoshabitacao/>
Consulta em 3 de junho de 2018.
- Portas, N. (1962). 1941- Casa Unifamiliar no Porto, na Rua Honório de Lima (Alfredo Viana de Lima) *Arquitectura* Nº74 pp. 30-35. In Portas, N. *Arquitectura(s) História e Crítica, Ensino e Profissão* (pp.158-162). Porto: FAUP publicações.
- Portas, N. (1974). *Funções e exigências de áreas da habitação. Informação técnica edifícios 4*. Lisboa: MOP Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Portas, N. (1998). A Arquitectura da Habitação no Século XX Português. In Becker, A., Tostões, A., Wang, W. *Arquitectura do Século XX – Portugal*. München-N.Y.: Prestel, Frankfurt: DAM, Lisboa: Portugal- Frankfurt 97, CCB.
- Portas, N. (2004 [1959]). *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*. Vol 1, Vol 2 (anexo). Porto: FAUP.
- Portela, A. (1982). *Salazarismo e artes plásticas*. Col. Biblioteca Breve. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

PNUM2018: A Produção do Território: Formas, Processos, Desígnios.

Habitat | Habitação: a reconstituição de um paradigma (Lisboa, 1950-1970). Maria Amélia Cabrita et al.

Ribeiro, A.I. (2004 [1989]). A procura do acerto (im)possível relembrando o congresso de 48. *Jornal dos Arquitetos* nº 218-219. Antologia 1981-2004 J.A. nº 80/81, 113-118.

Soares, B. (1987). Transformação informal do território. Situação na área metropolitana de Lisboa. *Povos e Culturas* Nº 2 A cidade em Portugal: onde se vive, 345-351.

Tostões, A. et al. (2004). *Arquitetura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira. Catálogo da exposição, CCB, 26 de junho a 31 de outubro de 2004*. Lisboa: Quimera Editores.